

"Garantir GAZETA MERCANTIL tranqüilidade

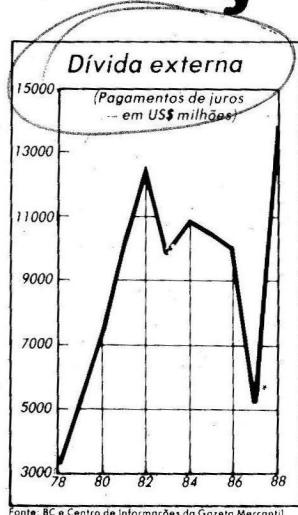
29 AGO 1989
à transição"

por Cezar Faccioli
do Rio

O pagamento de juros e encargos aos credores internacionais previsto para setembro pode atrasar, em função da prioridade concedida à manutenção de um nível adequado de reservas cambiais, mas em hipótese alguma haverá declaração formal de moratória.

A definição é do ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, ao admitir a possibilidade de atrasar a parcela de US\$ 2,3 bilhões que vence em setembro. O ministro espera a compreensão dos credores para o atraso: "Eles vão entender que não vale a pena manter o pagamento em dia se o preço for a desorganização da economia".

O ministro esteve ontem na 23ª Convenção Nacional da Associação Brasileira dos Supermercados, no Riocentro, onde foi homenageado como "supermer-



cadista honorário". Ele descartou uma moratória formal por entender que a "imperativa redução dos juros e do principal da dívida se obtém com colaboração, não com bravatas".

A redução da dívida exige um ajuste estrutural

profundo, que credencia o País para os benefícios do Plano Brady. "Este ajuste, porém, é tarefa para o próximo governo, assim como o 'ataque frontal' à inflação cabe à equipe atual garantir a tranqüilidade possível numa transição complexa como a brasileira", explica. O ministro chama à sua equipe o mérito de ter "afastado o caos que muitos previam para julho ou agosto".

Os dados sobre o déficit público e a base monetária mostrados a empresários, economistas e sindicalistas na série de almoços e jantares organizados pelo ministério demonstram o controle da situação, para Ferreira da Nóbrega. Rebatendo as queixas do empresário João Carlos Paes Mendonça, dos supermercados Bompreço, que exigiu um esclarecimento imediato do ministro para descartar de vez novas tentativas de congelamento, Mailson foi direto: "Quanto mais eu rezo, mais assombração me aparece".

O controle sobre algumas variáveis fundamentais da economia não significa uma situação absolutamente sob controle. "Uma inflação na faixa dos 30% é por si só um fator de perturbação", admite o ministro. Para Ferreira da Nóbrega, a indexação da economia tem permitido até agora a convivência com altas taxas de inflação, como demonstra o crescimento das exportações e do nível de emprego, mas o quadro atual não pode prorrogar-se indefinidamente.

O próximo presidente, caso reúna metas claras e apoio político a elas, poderá fazer o "ataque frontal" exigido contra a inflação. "É que este ataque exige cortes nos gastos públicos, nos subsídios e isenções fiscais, que contrariam interesses poderosos", adverte o ministro. Impedido de fazer este ajuste pelo desgaste das estratégias de estabilização adotadas nos últimos quinze anos, algumas por ele próprio adotadas, este governo deixaria como saldo a unificação orçamentária, com o consequente controle sobre as fontes de receita e gastos do setor público, "o que não seria pouco para quem pegou uma difícil transição".